



Editorial

Nesta primeira edição do nosso Newsletter denominado *Energia e Indústria Extractiva* vamos dar sequência ao trabalho levado a cabo pela nossa revista *Energia Mocambique*, sem no entanto, fugir da nossa linha de abordagem, no que diz respeito a divulgação de toda a informação referente ao sector da energia e a indústria extractiva em Moçambique.

Numa altura em que, somos apunhalados pelos efeitos da crise económica internacional, a mesma que obrigou o governo a elevar os preços dos combustíveis e a consequente aplicação de subsídios, urge a necessidade de abordar este assunto com mais fervor e uma inclinação para o lado da responsabilidade corporativa das empresas a operar no país, daí a presença do artigo na 1ª página do nosso Newsletter. Mais adiante abordamos outras notícias de âmbito nacional, regional e internacional como não deixaria de ser.

Por se tratar do início, optaremos por um anúncio quinzenal.

Políticas de Subsídios Responsabilidade Social Corporativa e o Desenvolvimento: desafios do caso moçambicano

“...governança no século XXI pode ser entendida como a capacidade colectiva de influenciar para um futuro melhor...” (Dror 2001).

As recentes descobertas de recursos minerais de diversas variedades e qualidade tem colocado o país na rota dos investidores nacionais e internacionais ávidos em garantir a exploração, nomeadamente, do carvão mineral, gás natural, petróleo, areias pesadas, madeira, pescado, pedras preciosas, ouro, entre outros recursos naturais, humanos e sociais. Alias é do conhecimento de muito de nós, as enormes potencialidades e riquezas que o país possui. Contudo, apesar do contínuo crescimento económico que o país apresenta nas últimas décadas, ainda somos considerados um dos países mais pobres do mundo. Este cenário coloca um desafio que necessita do contínuo trabalho que vem sendo levado a cabo pelo Governo, ONGs, Parceiros de Cooperação, organizações multinacionais e laterais, Sociedade Civil, Sector Privado, entre outros, na busca de um Moçambique mais próspero e livre da pobreza absoluta.

É na perspectiva de contribuir para a reflexão em torno das opções políticas e práticas para a construção de um Moçambique mais

democrático e livre da pobreza que este artigo é elaborado. Ele olha em particular a sustentabilidade da política de subsídios aos preços do combustível praticado no passado recente pelo Governo moçambicano, através da análise do impacto desta prática noutros cantos do mundo. Buscando exemplos de outros contextos procura-se perspectivar as implicações para o caso moçambicano. Ademais, como forma de alargar o debate decidimos abordar a questão da Responsabilidade Social Corporativa e sem deixar de lado a transversalidade do presente assunto: Desenvolvimento, seja ele social, económico e político.

Assim, perante o volume de receitas que um petro-estado recebe e pressionado pelas populações para que haja um efectivo benefício para a economia nacional da actividade petrolífera no seu território, os governos são tentados a subsidiar os preços do petróleo e do gás natural o que vai gerar novos problemas. Primeiro, relaciona-se com a distorção dos preços no mercado, perante preços baixos dos produtos petrolíferos e como estes envolvem toda a eco-

nomia, o impacto desta distorção é enorme. Os preços dos produtos alimentares, energéticos e demais são afectados o que dá ao cidadão uma satisfação de riqueza e bem-estar que são falsos (Velho, 2010).

Ademais, Velho (2010) considera que sempre que o Governo tem a necessidade de aumentar o preço do petróleo, o impacto sobre os produtos alimentares é inquestionavelmente avassalador com reflexo ao nível da estabilidade social e política do país. Considera-se que a política de subsídios não promove a conservação da energia e cria uma situação de estabilidade fictícia. Ao privilegiar a política dos subsídios, os governos ficam desprovidos de receitas petrolíferas, as quais deveriam ser aplicadas em políticas de desenvolvimento. Países como Irão, Nigéria, Venezuela, México, etc, já apostaram na política de subsídios tendo no final os resultados não fugindo da situação descrita acima.

Ler mais na Edição impressa Revista Energia Mocambique

PUB.

Ainda nesta edição:

Vale Moçambique

**Primeiro envio de carvão
chegou ao porto da Beira**

Responsabilidade social

**Mineradoras atropelam
compromisso**

e mais...





Mpanda Nkuwa

Ambientalmente viável, mas refém de financiamento

O projecto da construção da Hidroeléctrica de Mpanda Nkuwa, em pleno rio Zambeze, na província de Tete, em Moçambique, foi tido como sendo ambientalmente viável, no entanto, ainda encontra-se refém de financiamento, o que terá levado os accionistas da mesma a projectar o lançamento de uma campanha com vista a angariação de 2,4 mil milhões de dólares necessários para arranque das obras, no mais tardar, até princípios de 2012.

O Presidente da futura barragem de Mpanda Nkuwa, Egídio Leite, disse que vai promover um “roadshow” porque o projecto em causa ainda carece de garantia financeira.

De referir que o empreendimento cuja construção terá a duração máxima de 5 anos, tem como proprietários

a Electricidade de Moçambique (EDM), com 20%, a Camargo Corrêa, com 40% e finalmente, a Insitac detentora do restante 40% do empreendimento.

Recordar que, o início da construção da barragem em causa havia sido previsto para princípios de 2010 e a conclusão da obra para 2013, mas questões ligadas ao financiamento e ao comprador da energia a ser gerada adiaram a data da execução da construção.

A barragem de Mpanda N’kuwa está no topo das prioridades do governo moçambicano, que pretende vender o excedente da energia aí produzida a outros países da SADC, ao abrigo dos mecanismos da SAPP, entidade responsável pela planificação e coordenação das actividades de cooperação e comércio de energia na região.

PUB.

Tecpro Systems Ltd.

Um ano após o acidente mineiros chilenos ainda não receberam indemnização

Após três dias de completar um ano do acidente que soterrou 33 mineiros no deserto do Atacama, os 261 funcionários da companhia San Esteban que ficaram sem emprego e sem os benefícios da fama aguardam ainda o pagamento de 40% da indemnização que ainda resta.

“Até o momento (a empresa) pagou 60%. Estamos esperando o 40% que nos devem da indemnização”, declarou nesta terça-feira, o presidente do sindicato da mineradora San Esteban, dona da jazida San José, Horacio Vicencio.

Vicencio assegura que os operários da mineira que não ficaram presos no acidente se sentiram ofuscados e esquecidos pela mediática epopeia dos chamados “Los 33 do Atacama”, que resistiram 70 dias presos a 700 metros de profundidade.



Operação de socorro aos mineiros soterrados

Quase um ano depois, no dia 29 de Julho, o Governo se comprometeu a outorgar através da Enami um crédito de 500 milhões de pesos (equivalente a USD 1,07 milhão) para que a mineira pague 40% do remanescente das indemnizações dos seus trabalhadores.

Fonte: Agencia Efe

PUB.

SARW
Southern Africa Resource Watch

SOUTH AFRICAN MINING COMPANIES
CORPORATE GOVERNANCE
PRACTICE IN SOUTHERN AFRICA

PROGRAMME
2010 - 2012
CROWN PLAZA HOTEL
ROSEBANK - JOHANNESBURG - SOUTH AFRICA

Moçambique: Governo e canadiana Rock Forage deverão assinar este ano acordo de exploração mineira

A assinatura do acordo de princípios entre o governo de Moçambique e a empresa vencedora do concurso internacional para a execução do projecto de extracção das areias pesadas do Chibuto, na província de Gaza, deverá ocorrer em breve, informou a ministra dos Recursos Minerais.

De acordo com o diário Notícias, de Maputo, a ministra Esperança Bias adiantou estarem em fase final as discussões à volta do referido acordo de princípios, esperando-se que o mesmo seja rubricado ainda este ano.

Os direitos de exploração haviam sido adquiridos pela BHP Billiton à Corridor Sands, tendo a licença sido revogada em 2009 devido aos sucessivos adiamentos da fase de desenvolvimento da mina.

Após o governo ter revogado a licença da BHP Billiton, que detinha em 100% os direitos do projecto desde 2006, a área foi declarada como reservada para a actividade mineira, em 2010 e, na sequência disso, foi lançado um concurso público internacional, o qual foi ganho pela Rock Forage Mining, uma companhia de origem canadiana.

Estudos feitos até ao momento dão conta da existência naquela área de mais de 72 milhões de toneladas de ilmenite, cuja exploração teria uma

Roubo de energia e equipamentos

EDM perde mais de USD13 milhões

Só neste primeiro semestre do ano, a empresa Electricidade de Moçambique (EDM) já acumula prejuízos financeiros orçados em 398,7 milhões de meticais resultantes das ligações clandestinas e a destruição das infra-estruturas da rede eléctrica, disse na Matola o presidente da empresa.

Manuel Cuambe disse do total do prejuízo até agora calculado, 380 milhões de meticais advêm de ligações clandestinas e consumos ilegais e 18,7 milhões

de meticais estão associados a danificação e destruição das infra-estruturas.

O homem forte da EdM disse, para a segunda metade de 2011, a empresa que dirige vai apostar na redução dos níveis de perdas de energia não-técnicas na rede de distribuição de energia eléctrica.

PUB.

Publicite aqui e no website os seus produtos e serviços.

Subscreva este Newsletter

+258 21 32 71 16/ 17
+258 84 30 66 780



As exportações de carvão vão mais do que duplicar a contribuição do sector mineiro para o Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique que, em três anos, passará dos actuais 3% para 7%, afirmou o director nacional de Minas, Eduardo Alexandre.

“Com o início das exportações de carvão da bacia de Moatize e outros projectos já licenciados, esperamos duplicar a contribuição deste sector para o PIB nacional, aumentando o seu contributo para o desenvolvimento do país”, disse Eduardo Alexandre.

O sector dos recursos minerais em Moçambique inclui a produção de energia eléctrica, areias pesadas e outros recursos como o carvão, cujas reservas em Moatize, província de Tete, centro de Moçambique, são consideradas das maiores do mundo.

As exportações de carvão deverão iniciar-se nos próximos meses, dependendo do termo dos trabalhos de reconstrução da linha ferroviária do Sena, prevendo-se que, a prazo, o carvão saído de Moatize possa ultrapassar 100 milhões de toneladas por ano. *Fonte: Macauhub*

PUB.

PETRÓLEOS DE MOÇAMBIQUE S.A.

petromoc
Sempre Presente

EDM: Expansão da rede eléctrica Vs roubos de Materiais eléctricos e ligações clandestinas. Uma relação difícil. Que futuro?

Desde que surgiu a empresa Eletricidade de Moçambique (EDM), o principal desafio foi sempre o de proporcionar e melhorar a qualidade da energia, expandir a rede eléctrica para zonas suburbanas e rurais como forma de promover o desenvolvimento económico e social do País.

Ora, há muito que os prejuízos da EDM ligados ao roubo de material eléctrico e as ligações clandestinas deixaram de ser novidade em Moçambique. Dados da empresa indicam que nos últimos anos tem-se verificado de forma crescente o roubo de cabos eléctricos nas linhas de média tensão, das zonas suburbanas, e de cantoneiras, nas linhas de alta tensão, actos que têm sido perpetrados, ao longo de todo o País, por indivíduos que agem isoladamente ou em grupos organizados. Uma situação anómala que nos leva a seguintes indagações:

Porque será que persiste esta situação? O que está na origem desse

problema? Trata-se de questões de cidadania ou má gestão? Que estratégias estão sendo utilizadas para colmatar esta situação sendo antiga e porque acareta enormes prejuízos para economia nacional, para o cidadão (zeloso) e para empresa. O que o pacato cidadão que paga as suas contas tem a ver com isso? À quem deve a gestão e manutenção dos materiais eléctricos? À quem devemos chamar a responsabilidade diante desta situação que contribui para o atraso do país uma vez que todos estamos a ser afectados?

Este cenário prevalecente obriga a empresa a mobilizar bilhões de meticais para a reposição dos materiais, em detrimento dos projectos de expansão da sua rede para os pontos do território nacional, que ainda não beneficiam do fornecimento de energia eléctrica. Não basta vir ao público e pronunciar-se sobre as perdas económicas que os roubos de cabos pressupõem. É

necessário e deveras importante que estas questões sejam devidamente esclarecidas e as pessoas devidamente responsabilizadas.

A maior parte dos estudiosos, cientistas de gestão, administração pública, das ciências sociais afins e profissionais são unânimes em afirmar que a comunicação (interna e externa) leva ao sucesso de qualquer organização, por ser um poderoso instrumento de planificação e gestão. Neste sentido, a comunicação é logicamente responsável pelo sucesso ou insucesso de qualquer organização.

Assim, a EDM é convidada a repensar o seu processo interno e externo de comunicação. Por que aqui está o problema e está também a chave para solucioná-lo. Urge repensar a comunicação na EDM, e quiçá nas demais empresas no país para que tenham estratégias de comunicação mais consentâneas, focalizadas e localizadas para complexa e variada realidade de Moçambique.

Construção do terminal de gás no porto de Maputo

Japão vai desembolsar até USD75 milhões



O Japão vai custear as obras de construção de um terminal, no porto de Maputo, que servirá para a recepção de gás de cozinha que incluirá um gasoduto e um centro de enchimento de botijas, anunciou, na quarta-feira, na Namaacha, o Ministro da Energia, Salvador Namburete.

Namburete disse, à margem do VII Conselho Coordenador do Ministério da Energia, iniciado quarta-feira naquela vila, que Moçambique enfrenta actualmente muitas limitações na importação do gás por ausência de um terminal para receber navios transportando gás.

“Estamos a desenvolver no porto de Maputo um projecto de recepção, armazenagem e enchimento de botijas com gás doméstico, para permitir que, no futuro, haja economias de escala na recepção de gás”, referiu Salvador Namburete.

De referir que, Moçambique importa gás doméstico da vizinha África do Sul que é transportado por camiões cisterna e/ou por via-ferrea.

O custo da construção do terminal está estimado entre 65 milhões e 75 milhões de dólares indo o governo do Japão financiar o projecto na totalidade. *Fonte: A Verdade*

Responsabilidade social para com as comunidades locais

Mineradoras atropelam compromisso

As autoridades administrativas e comunidades residentes nas diversas regiões onde ocorre a extracção e exploração mineira na província de Nampula, nomeadamente em Moma, Mogovolas, Lalaua, Murrupula e Angoche, demonstraram o seu desagrado em relação ao fraco papel desempenhado pelas empresas que ali operam no âmbito da sua responsabilidade social que deveriam estabelecer em relação às populações que são desalojadas dos seus locais de habitação e reassentadas noutras zonas, sem as mínimas condições de habitabilidade, noticia a Verdade.

Este descontentamento foi manifestado durante a discussão da proposta de revisão e de alteração da actual lei de minas, num encontro que decorreu na vila sede distrital de Moma, onde

os participantes propuseram incorporação da nova legislação um artigo específico que obriga às empresas e mega projectos mineiros a ter em conta o caderno de responsabilidade social como prioridade.

Apontaram o exemplo da Kenmare nas áreas pesadas de Topuito, Damodar Ferro em Lalaua, Paraíbas de Mavuco, que, a despeito de terem ocupado terras outrora pertencentes aos locais, o seu reassentamento não satisfaz as necessidades destes que lamentam a forma como o assunto está a ser tratado pelas mineradoras.

Por outro lado, o Administrador do distrito de Moma, Araújo Momade, alertou para o facto de haver dispositivo legal que obre as mineradoras a cumprir com as suas obrigações no que refere a responsabilidade social das mineradoras. Porque as pessoas

movimentadas das suas regiões de origem para outras, deixando seus haveres e culturas, são, em contrapartida, reassentadas em locais onde não são criadas as mínimas condições de habitabilidade.

Aliás, um dos participantes ao encontro, em representação da Care/WWF que faz o maneio do projecto da Ilhas Primeiras e Segundas, criticou a Kenmare que, embora se trate de uma multinacional, quase nada está a fazer em benefício das populações, no que foi secundado pelo director dos serviços distritais das actividades económicas de Angoche, Miguel Massunda Júnior, que apontou como exemplo a seguir as empresas Mozal e Sasol que, em termos de responsabilidade social, têm pautado por uma assinalável generosidade.

Vale Moçambique

Primeiro envio de carvão chegou ao porto da Beira

O primeiro envio de carvão mineral extraído pela Vale Moçambique em Moatize, província de Tete, chegou segunda-feira ao porto da Beira tendo as 2700 toneladas sido transportadas por um comboio com 42 vagões e três locomotivas, informou o diário Notícias, de Maputo.



O minério será descarregado num período de 48 horas, devendo permanecer a céu aberto no terminal de carvão daquela infra-estrutura ferro-portuária até que, na sequência da chegada de

outros lotes, se atinjam 50 mil toneladas, altura em que será exportado.

Depois deste primeiro lote, segundo o presidente da estatal Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, Rosário Mualeia, o comboio vai novamente seguir viagem durante cerca de 24 horas para alcançar a vila carbonífera de Moatize para ser de novo carregado.

Na sua avaliação, o primeiro comboio chegou com algum atraso, tendo partido de Moatize às 20 horas de domingo e chegado ao porto da Beira depois das 18 horas de segunda-feira, circulando a uma velocidade de cerca de 65 quilómetros por hora.

De acordo com a previsão avançada por Rosário Mualeia, a primeira exportação de carvão mineral de Tete deverá ocorrer no dia 28 deste mês, tendo como destino os mercados brasileiro, indiano, japonês e sul-africano.

Fonte: Macauhub

PUB. _____

SISTEMAS DE COMBATE A INCÊNDIO

Em análise

O impacto dos biocombustíveis na economia moçambicana

Como aproveitar o potencial agrícola do país para fomentar a produção de biocombustíveis, permitindo garantir internamente condições para suprir tal dependência externa, poupando recursos financeiros e equilibrando a Balança comercial decorrente do abandono da massiva importação de combustíveis fósseis?

Moçambique é um país cujo “consumo energético” é elevado e fortemente sustentado pelas importações. O país gasta cerca de USD500 milhões para conseguir garantir uma resposta à demanda interna por combustíveis e seus derivados e ressentir-se portanto das oscilações do mercado internacional do petróleo.

A mudança do uso dos combustíveis fósseis para os biocombustíveis traduzir-se-ia em maiores ganhos para a economia nacional, no entanto, trata-se de um processo, que se diga, a ser alcançado num esquema temporal de longo prazo.

Se formos a considerar, acedemos que a produção de biocombustíveis pode gerar postos de trabalho nas zonas rurais - atendendo que não carece de mão-de-obra altamente qualificada, agregando valor ao desenvolvimento dessas regiões e evitando o êxodo rural.

Sensibilidade e vulnerabilidade são dois fenómenos inerentes à uma complexa interdependência. Estes dois fenómenos foram nos apresentados por Joseph Nye Jr (2002 : 229,230). Os mesmos são pertinentes para discutirmos o impacto que uma alternativa energética (os biocombustíveis) pode trazer a uma economia não produtora de petróleo como é o caso de Moçambique.

A sensibilidade traduz-se na rapidez com que uma mudança numa parte do sistema conduz a uma mudança na outra parte (Nye, 2002: 229), isto é, em termos de produção e consumo de petróleo, entende-se que, a alteração quer das quantidades, quer do preço sempre terá efeitos sobre o consumo. A sensibilidade é um fenómeno inerente a todos países não produtores de petróleo como Moçambique, e faz-se sentir quando o aumento do preço do barril de petróleo ou a diminuição das quantidades do mesmo obrigam tais países a gastar mais para a importação deste produto, o resultado imediato desta situação é uma balança comercial deficitária, a qual se vão associar o aumento geral dos preços a nível doméstico, enfraquecimento do poder de compra dos cidadãos e potenciais levantamentos sociais da natureza do 1 e 2 Setembro.

Os biocombustíveis, em associação com outras medidas poderão ajudar a garantir a segurança energética do país, bem como, evitar as possíveis repercussões negativas resultantes da insatisfação popular.

E ainda, com a produção interna e eficiente dos biocombustíveis, seria possível transformar a nossa vulnerabilidade e dependência em relação ao petróleo, que é extremamente volátil e sujeito a condicionalismos geológicos e políticos para no mínimo uma sensibilidade em relação ao seu comportamento.

Aquisição de 7,5% da HCB aguarda orientações do novo Governo português



Projectada há mais de um ano, a compra de 7,5% da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), na província de Tete, em Moçambique, ainda não saiu do papel, João Palma, o administrador financeiro das Redes Energéticas Nacionais (REN), alega estar a espera de orientações do governo liderado por Pedro Paços Coelho.

EUA: "Traders" acusados de manipular preço do crude

Um esquema simples mas eficaz criou a ilusão de escassez e rendeu milhões de dólares, diz uma comissão de investigação nos EUA.

O regulador norte-americano do mercado de energia acusou uma casa de "trading" especializada em matérias-primas e dois operadores de manipulação dos preços do petróleo. Os factos remontam a 2008, quando o barril disparou até aos 147 dólares em Nova Iorque, um movimento que muitos atribuem, em parte, à especulação financeira.

Portugal tem a terceira gasolina mais cara da Europa

O preço médio da gasolina antes de impostos foi de 71,3 cêntimos por litro no mês de Maio, em Portugal. Uma forte subida face aos 59,9 cêntimos registados em Dezembro de 2010. Em Abril, ascendia a 70 cêntimos, em Março a 67,2 e em Fevereiro e Janeiro era de 62,9 e 63 cêntimos, respectivamente.

Estas são as contas do Ministério espanhol da Indústria, que analisou os preços da gasolina e do gasóleo, antes e depois de impostos, em 21 países da Europa.

Com os 71,3 cêntimos do mês passado, Portugal teve assim a terceira gasolina mais cara da Europa, quando falamos do preço antes de impostos. A mais dispendiosa foi a da Dinamarca, com 75,1 cêntimos, seguida da Itália com 71,9 cêntimos, refere a mesma fonte, citada pela Bloomberg.

África do Sul

Governo anela reduzir demanda de energia em 5,000MW

O Governo sul-africano está a manter a conversações com os grandes consumidores de energia tais como agentes da indústria com vista a reduzir a demanda de energia em até 5,000 MW e prevenir apagões, embora a baixa produção e o desemprego constituam preocupação, disse o Ministro da Energia, Dipuo Peters.

Entretanto, as interrupções no fornecimento de energia na maior economia de África tenha sido prevista durante os meses de Junho e Agosto, altura em que, regista-se o maior consumo de energia em todo o ano, o homem forte do ministério da energia disse:

"Os negócios também são confrontados com a questão da produtividade. Se dizeres que eles devem poupar o uso de energia em 10%, eles respondem que o desafio da produção e a questão dos empregos", disse Peters, acrescentando que o governo sul-africano vai aconselhar as famílias a usar o petróleo e o gás em suas casas, no lugar de usar a electricidade para fazer os seus cozinhados, numa medida que também visa poupar o consumo de energia.

De referir que, a companhia portuguesa, REN, reportou ao mercado uma subida de 14% do seu lucro, sem qualquer efeito extraordinário. Entretanto, uma eventual concretização do negócio para a compra de 7,5% da HCB poderá, aí sim, ter um impacto especial nas contas da empresa. Só que o dossiê, que já leva mais de um ano, continua na gaveta, empoeirado.

"Estamos pendentes de orientações do Governo. Ainda", disse o administrador financeiro da REN, João Palma, citado pelo jornal português, Negócios.

China e Angola

Deverão cooperar na indústria petroquímica

A indústria petroquímica constitui uma das prioridades de Angola na cooperação com a China, disse quarta-feira, em Macau, o secretário angolano para os Assuntos Económicos, que salientou a importância de Macau enquanto "plataforma de acesso à China". "O petróleo constitui um dos recursos dominantes em Angola e nós exportamos este recurso para a China", disse Armando Manuel, ao sustentar que o objectivo "é poder desenvolver sinergias (...) e explorar as iniciativas na China que possam agregar valor a Angola neste domínio".

PUB.



	ENERGIJA & INDÚSTRIA EXTRACTIVA Newsletter Quinzenal 30.01 Câmara de Comércio
Ficha Técnica	
Concepção Maquetização e Produção STATUS-Consultores de Comunicação	
DISP. REG. N 5 GABINFO/DEC/2008	
Morada:	Av. 25 de Setembro, n° 1123
Prédio Cardoso	
Telef.:	+258 21 32 71 16/ 17
Fax:	+258 21 32 71 17
Director:	Inguila Sevene
Comercial:	Virgílio Fernandes
Editor:	Aunorio Simbine
Email:	status@tvcabo.co.mz
Website:	www.status.co.mz e www.energiamocambique.co.mz